

LIVRO UM

O OFICIAL DE JUSTIÇA

Em uma manhã ensolarada de outono, em 1881, Sally Lockhart estava no jardim, observando a filhinha brincar e pensando como a vida era boa. Estava errada, mas pelos próximos vinte minutos não saberia como nem por que estava errada. O homem que tinha a resposta ainda estava à procura da sua casa. Mas por enquanto estava feliz, o que era mais que prazeroso, porque acontecia raramente, e ela sabia disso. Em geral, estava ocupada demais para perceber quão feliz era.

Estava contente. Primeiro, com sua casa. Um lugar espaçoso em Twickenham chamado Casa do Pomar — um edifício de arquitetura do período regencial, amplo e bem-ventilado, com sacadas de ferro e uma varanda com teto de vidro com vista para o jardim. O jardim, cercado por um simpático muro de tijolos, possuía um vasto gramado, sempre ensolarado, com flores; um vinhedo; uma figueira rente ao muro; e macieiras e ameixeiras ao fundo, que davam o nome à casa.

Na parte do muro em frente à figueira havia uma construção curiosa: tinha telhado de vidro, uma sacada, porém era aberta nas laterais e abrigava um aparato de trilhos suportados por cavaletes de cerca de um metro de altura. Servia de laboratório para experimentos de fotografia em movimento, mas ainda estava inacabado, aguardando o retorno dos amigos.

Seus amigos: era muito feliz com eles. Webster Garland, 65 anos, fotógrafo e sócio de Sally na empresa Garland & Lockhart, firma que levava seus sobrenomes, e Jim Taylor, 20 anos, dois ou três anos mais jovem que Sally, eram a sua família. Eles compartilhavam da casa, das aventuras; eram boêmios, insubordinados em relação à moral vigente, leais e companheiros, e naquele momento encontravam-se na América do Sul. De tempos em tempos, um impulso levava Webster a desbravar lugares selvagens do planeta e fotografá-los. Desta vez, Jim o acompanhara, e por isso Sally estava por conta própria.

Mas não estava só. Tinha seus empregados, e eles também eram um dos motivos de sua felicidade: Ellie, a criada, a senhora Perkins, cozinheira e governanta, e Robert, que cuidava do jardim e dos cavalos. E havia a loja de fotografia na rua Church, aonde ia uma vez por semana cuidar das finanças. Também tinha seu próprio negócio, no centro: uma consultoria financeira que ela criara com êxito, apesar das crenças de que mulheres não eram capazes de exercer esse tipo de atividade ou que não deveriam, se desejassem manter sua feminilidade, ou que não o fariam se não houvesse algo de errado com elas. Ela andava tão atribulada que fora forçada a procurar uma sócia: uma jovem seca e mordaz chamada Margaret Haddow, universitária e feminista como Sally. E, finalmente, havia a babá que ela contratara para ajudá-la a cuidar da filha: Sarah-Jane Russell, 18 anos, competente, gentil e apaixonada (sem o conhecimento dele ou de qualquer outra pessoa) por Jim Taylor.

Mas o principal motivo de sua felicidade, sem dúvida alguma, era a filha. Harriet tinha um ano e nove meses: mandona, teimosa e tão segura do amor que recebia de todos que espalhava felicidade, como um sol irradia sua luz. Seu pai, Frederick Garland, sobrinho de Webster, não a conhecera, pois havia morrido num incêndio na noite em que ela foi concebida; se ele estivesse vivo, Sally se chamaria senhora Garland e Harriet seria uma filha legítima. O amor de Sally por Frederick tinha sido difícil de conquistar, porém, uma vez conquistado, foi dado sem restrição. Mas o que Sally sentia por Harriet era mais forte que qualquer outro sentimento, era sua vida. Nunca amara alguém ou algo com tanta intensidade, tampouco imaginara que seria possível. No princípio, após a morte de Frederick, quando

seus negócios também se encontravam arruinados, Sally tinha perdido a vontade de viver; porém, ao sentir o pequeno ser turrão que insistia em crescer dentro dela, Sally soube que viveria, e que deveria continuar viva. Mesmo com o enorme vazio que Frederick deixara, a vida era boa agora — melhor do que poderia esperar sendo uma mãe solteira nos tempos da Rainha Vitória; de longe, melhor do que a de muitas mulheres prisioneiras de casamentos infelizes. Sally tinha dinheiro, independência, amigos, uma casa, um trabalho interessante e sua preciosa Harriet.

Ela colheu dois figos maduros e os levou até o pomar. Sarah-Jane bordava sentada num banco que contornava o tronco de uma árvore, construído por Webster, enquanto Harriet ajudava seu urso de pelúcia, Bruin, a subir por uma corda para alcançar um pote de mel imaginário. Sally se sentou ao lado de Sarah-Jane.

— Gosta de figos? — perguntou, oferecendo um à moça.

— Adoro — disse a babá. — Obrigada.

Ao olhar pela lateral do jardim, Sally avistou um homem consultando um papel em frente ao portão de entrada da casa. O sujeito abriu o portão e entrou, e Sally o perdeu de vista, quando ele se dirigiu à porta de entrada.

— Hattie, querida, venha provar o figo — disse.

Ao ver o fruto, Harriet largou Bruin e correu até a mãe. Ela olhou desconfiada para a carnuda fruta cheia de sementinhas no interior da polpa avermelhada. Sally deu outra mordida.

— Se não provar não saberá se gosta ou não. Bruin vai dar uma mordida — disse Sally.

Ela fingiu alimentar Bruin e então Harriet mordiscou um pedaço do figo e em seguida quis o restante da fruta.

— Ela está crescendo tão rápido — comentou Sarah-Jane. — Veja, não consigo descer mais esta bainha. As anáguas ainda servem, mas em breve precisaremos de novas.

— É preciso tomar suas medidas — disse Sally. — E marcar a altura dela na parede. O que acha, Hattie? Para acompanharmos seu crescimento?

— Figo — respondeu Harriet, séria, estendendo uma das mãozinhas para Sarah-Jane. — Figo, por favor.

Sally riu.

— Não, esse é de Sarah-Jane. Veja, aí vem Ellie com um visitante.

Controladora, Harriet se virou para ver quem havia chegado para lhe visitar desta vez. Ellie caminhava pelo gramado, seguida pelo homem que Sally avistara na entrada da casa. Era franzino e de meia-idade e, de onde estava, Sally viu que ele vestia um gasto terno marrom e um chapéu-coco. Tinha na mão um grande envelope branco.

— Senhorita Lockhart — Ellie disse indecisa —, esse senhor disse que precisava falar com a senhorita pessoalmente.

Ele ergueu o chapéu.

— Senhorita Lockhart?

— Sim? — perguntou Sally. — O que posso fazer pelo senhor?

— Recebi ordens de lhe entregar este envelope em mãos, senhorita.

Ele estendeu o envelope e Sally viu que continha um selo vermelho da Justiça. Ela o apanhou automaticamente. É muito difícil não pegar as coisas que as pessoas lhe oferecem; da polidez, é fácil se tirar proveito. O homem voltou a colocar o chapéu e se virou para ir embora. Sally se levantou.

— Por favor, espere — disse. — Quem é o senhor? E o que é isso?

— Está detalhadamente explicado no conteúdo do envelope — ele disse. — Quanto a mim, não passo de um oficial de justiça, senhorita. Acabo de realizar minha tarefa e agora devo seguir meu caminho, do contrário perderei o trem. Lindo dia para esta época do ano...

Com um sorriso nervoso, ele se virou e avançou pelo gramado em direção à rua. Após um olhar preocupado de relance para Sally, Ellie se apressou em seguir o homem.

Harriet, desapontada com a falta de delicadeza do visitante, voltou a atenção para Bruin e para o mel imaginário. Sally se sentou novamente. Pensou que talvez houvesse cometido um erro ao aceitar o envelope tão passivamente. Não era um direito poder recusar intimações judiciais ou coisa parecida? Ao aceitá-lo, ela não estaria admitindo que havia feito algo de errado? Ora, que bobagem. Aquilo só podia ser um engano.

Abriu ansiosamente o volumoso envelope e tirou um longo documento, cuidadosamente dobrado. O brasão da Armada Real estava estampado no topo do documento, e, abaixo, parágrafos e mais parágrafos jurídicos, que ocupavam o restante do papel, com tinta brilhante e caligrafia comercial inglesa. Sally começou a ler.

Fora enviado pela Vara de Família da Suprema Corte e começava assim:

No dia 3 de janeiro de 1879 o peticionário, Arthur James Parrish, casou-se legalmente com Veronica Beatrice Lockhart (aqui chamada de “ré”) na igreja St. Thomas, em Southam, condado de Hampshire.

Sally prendeu a respiração. Aquilo era ridículo. Veronica Beatrice era o seu nome de batismo — que ela nunca mais usara desde o dia em que, tendo sido uma criança voluntariosa como Harriet, informou ao pai que se chamaria Sally, se recusando a responder por qualquer outro nome. Mas... casada? Alguém alegava ter se casado com ela.

Continuou a ler:

O peticionário e a ré viveram juntos na rua Telegraph, Clapham.

O peticionário tem domicílio fixo na Inglaterra e no País de Gales, tem como ocupação a de agente comercial, a ré é consultora financeira e reside na Casa do Pomar, em Twickenham.

O casal tem uma filha chamada Harriet Rosa...

Sally parou de ler o documento.

— Ora, isto é uma estupidez — disse. — Alguém está brincando comigo.

Sarah-Jane olhou para Sally, sem entender.

— Estou sendo processada por divórcio — explicou Sally, e então riu. Mas foi uma risada breve, e Sarah-Jane não sorriu.

— Brincadeira cara essa — comentou a babá. — É melhor ler o resto.

Sally voltou a ler o documento. Suas mãos tremiam. Conforme lia os parágrafos repletos de termos legais, sua expressão de incredulidade se acentuava. Por último, havia uma parte intitulada “Particularidades”.

A leitura era fácil, porém seu conteúdo era inadmissível. Descrevia a história de um casamento que nunca existira; falava que Sally e o tal sr. Parrish haviam se casado e morado em Clapham, haviam tido uma filha, Harriet (cuja data do nascimento estava correta, pelo menos); que Sally havia tratado seu “marido”, premeditada e persistentemente, de forma cruel; que ela demonstrara desdém pelo trabalho e pelos sócios do pobre homem e desprezo pelos convidados que recebia em sua casa, até o “marido” desistir de convidar pessoas à sua residência, já que a “esposa” era incapaz de receber alguém de forma decente e civilizada; o texto falava ainda que Sally começara a beber e, em mais de uma ocasião que aparecera bêbada em público (os detalhes e as testemunhas estavam especificados no documento); dizia que ela maltratava os criados, tendo obrigado três deles a abandonarem o emprego, sem aviso prévio (nomes e endereços descritos); que ela havia feito mau uso do dinheiro do “marido” e insistido, sem o consentimento do mesmo, em abrir seu próprio negócio; que ele tentara conviver em harmonia com ela, que tentara conversar; e que, pouco depois do nascimento da filha, a ré abandonou a residência da família, levando a criança consigo; afirmava ainda que ela não tinha condições de continuar com a custódia da filha, porque se relacionava com pessoas de moral duvidosa, dividindo a casa com dois homens solteiros (nomes descritos); e tinha mais. Mais exatamente cinco páginas, porém, após folhear as duas primeiras, Sally não conseguiu seguir adiante.

— Não posso acreditar — disse, com dificuldade de controlar a própria voz. Ela entregou o documento para Sarah-Jane e se levantou, em estado de perplexidade. Enquanto Sarah-Jane a observava, Sally caminhou até o final do pomar, apanhou um ramo da macieira e o despedaçou. Sentia-se como se houvessem invadido sua vida e a maculado. Como alguém ousava escrever tantas mentiras a seu respeito? Ela não podia permitir aquele absurdo.

E sabia que o pior estava por vir. Ouviu Sarah-Jane prender a respiração e se virou para ela rapidamente.

Sarah-Jane lia a última parte do documento, cujo título era “Petição”, que dizia:

Portanto, o peticionário roga:

Que seu casamento seja dissolvido.

Que o peticionário fique com a custódia da criança, Harriet Rosa, imediatamente.

Que...

Aquilo era a gota d’água. Sally não queria mais saber daquele documento. Alguém, um desconhecido, esse tal Parrish, esse mentiroso, esse louco queria tirar sua filha dela.

A poucos metros de distância, Harriet se encontrava sentada na grama, brincando com um pedaço de uma velha corda que Webster lhe dera, com Bruin, esquecido, ao seu lado. Ela estava completamente compenetrada, brincando com a corda, como se fosse a brincadeira mais incrível de todas. Sally correu para a filha e a abraçou impetuosamente, ciente da própria força e tentando não machucá-la, mas desejando tê-la o mais próximo que pudesse.

Harriet se submeteu ao abraço pacientemente; abraços deviam ser tolerados. Finalmente, Sally a soltou e lhe deu um beijo e a pôs no chão outra vez, delicadamente. Harriet pegou a corda e seguiu com sua brincadeira.

— Vou à cidade — Sally disse a Sarah-Jane. — Preciso levar esse documento para o meu advogado. Tudo isso é uma besteira, claro. O homem é um louco. Mas preciso fazer alguma coisa a respeito. Esse caso...

— Você tem duas semanas — disse Sarah-Jane. — Deve se apresentar à Corte Real de Justiça. É o que diz aqui.

Sally pegou o documento. Se incomodava só de tocá-lo. Guardou-o no envelope e deu outro beijo em Harriet, mais outro, três outros beijos, e foi se arrumar para pegar o trem para Londres.

O advogado de Sally, sr. Temple, um velho amigo do pai dela que a ajudou a começar seu primeiro negócio, morrera no ano anterior. Atualmente, o sócio majoritário da firma de advocacia era o sr. Adcock, que Sally pouco conhecia, embora não gostasse nada do

pouco que sabia sobre ele. Mas naquele momento não tinha tempo para pensar sobre isso. O sr. Adcock era um simpático jovem, tão desejoso da aprovação dos profissionais mais antigos que copiava as opiniões, os trejeitos, inclusive o jeito de vestir e falar. O sr. Temple inalava rapé; um hábito que vindo dele parecia natural, espontâneo. O sr. Adcock também cheirava rapé, mas no seu caso parecia algo forçado, artificial. Naturalmente, Sally nunca o vira no clube (restrito para homens), porém, caso o tivesse visto, teria erguido as sobrançelas, espantada com as posições conservadoras — e com o fato de que essas opiniões tornavam-se mais eloquentes e exaltadas quando algum distinto membro mais velho estava por perto.

Ele estava ocupado com outro cliente quando Sally chegou ao escritório de advocacia, e ela então se sentou ao lado do antigo secretário, o sr. Bywater, que havia dedicado cinquenta anos àquela firma. Ele conhecia os negócios de Sally melhor que o próprio Adcock, e ela não pôde deixar de contar a ele sobre a situação na qual se encontrava, tamanho era seu desespero. Ele ouviu paciente e impassivelmente, enquanto ela contava toda a história. Sally temia a língua afiada e crítica do velho, mas se sentiu melhor quando terminou.

— Querida, ah, querida — disse ele. — Por que não contou ao sr. Temple sobre a criança?

— Porque... Ah, sr. Bywater, o senhor pode imaginar, não pode? Ele estava doente. Sempre tive muito apreço por ele e temia perder o respeito que ele tinha por mim.

— Ele a respeitava por sua sensatez — disse Bywater —, não por sua castidade. Devia ter contado. Fez seu testamento? Imaginei que não. Quem é o advogado do sujeito? Grant, Murray & Girling. Hmm. Vou ver o que posso descobrir. Acho que o sr. Adcock pode vê-la agora.

Ele levantou a cabeça na direção da porta, atento, então a abriu e anunciou a presença de Sally.

O sr. Adcock era pura afabilidade e simpatia. Sally lembrou a si mesma que aquela não passava de uma relação estritamente profissional. *Ele é advogado, sabe o que fazer, seu jeito pouco importa.*

Ela relatou os fatos da forma mais clara possível, começando por Harriet. Enquanto a ouvia, a expressão do sr. Adcock foi ficando cada vez mais séria. Ocasionalmente, ele anotava alguma coisa.

— Posso ver a petição? — pediu, quando ela terminou de falar. Ele leu o documento; ela permanecia sentada, ereta, tensa e trêmula.

— São acusações muito sérias — disse ao terminar a leitura. — Ele alega deserção, mau uso do dinheiro dele, até mesmo embriaguez... Senhorita Lockhart, posso lhe perguntar se a senhorita bebe?

— Se eu bebo? Uma taça de xerez, de vez em quando, mas por que diabos isso importa?

— Precisamos conhecer bem o terreno onde estamos pisando. Esses empregados, por exemplo, que alegam terem abandonado o emprego devido a maus-tratos cometidos pela senhorita: se conseguirmos estabelecer precisamente o que aconteceu, poderemos construir uma defesa sólida.

Sally sentiu um calafrio desanimador.

— Sr. Adcock, esses empregados nunca existiram. Nunca houve uma residência nesse tal lugar... rua Telegraph, Clapham. Nunca fui casada com esse senhor Parrish. Essa história é uma farsa. Ele inventou tudo isso. É tudo uma grande mentira.

Sally reconheceu o olhar que ele lançou sobre ela rapidamente: desconfiado, indulgente, sabichão. A mesma expressão do sr. Temple, mas que no velho amigo era embasada em genuíno humor e genuína sabedoria.

— Creio que a senhorita deveria deixar para o seu consultor jurídico julgar o que é ou não relevante — disse, sorrindo. — Obviamente, o ponto central deste caso será que o casamento nunca ocorreu. Mas precisamos nos preparar para todas as eventualidades, não concorda? Seria uma infelicidade deixarmos algum ponto vulnerável. Precisaremos passar por todos os detalhes, passo a passo, e assim seremos capazes de convencer o juiz de que há uma explicação para todas as alegações. Agora, primeiramente...

Ele pegou uma folha de papel de uma gaveta e levantou a tampa de um tinteiro de prata. A mesa de trabalho estava vazia, exceto pelo papel mata-borrão e o tinteiro. Sally gostava de mesas cobertas de livros, papéis, lápis, lacres e todos os demais apetrechos de alguém que trabalhava, assim como a sua própria mesa; pare, disse a si mesma, pare com as comparações.

O sr. Adcock molhou a pena na tinta e de maneira irritante pincelou repetidas vezes a ponta da pena na borda do tinteiro para retirar o excesso de tinta.

— Pois bem — disse ele. — Quando a senhorita conheceu o sr. Parrish?

Sally respirou fundo.

— Nunca. Até esta manhã, nunca tinha ouvido falar dele. Sr. Adcock, com todo o respeito, creio que não vale a pena perder tempo com essas acusações absurdas. A questão é se sou ou não casada com ele, e não sou.

— Claro, claro — disse o sr. Adcock. — Este é o ponto central de sua defesa. Quanto a isso não há dúvidas. Ele terá de provar que se casou com a senhorita e, como a senhorita garante, não há certidão de casamento ou cerimônia na igreja... St. Thomas de Southam, em Hampshire. Mas, entenda, o objetivo dessas alegações é provar que a senhorita não é capaz de cuidar de uma criança, e a senhorita não gostaria de que tal acusação fosse aceita impunemente, gostaria?

— Creio que não. Mas ele não tem o direito de sugerir tal absurdo.

— Já foi sugerido. É precisamente por essa razão que precisamos rebater a acusação da forma mais precisa e eficaz possível. A senhorita não deve me esconder nada, srta. Lockhart.

— Não há nada a esconder!

— A senhorita ocultou o nascimento de sua filha — disse, com grandes olhos recriminadores.

Ela não respondeu. Então soltou um pesado suspiro.

— Muito bem — ela disse, e com certo esforço ajeitou-se ereta na cadeira, demonstrando confiança. — Como quiser, sr. Adcock. Por onde começamos?

Uma hora e meia depois, desgastada, Sally saiu da sala do sr. Adcock, arrumando os papéis em que ele escrevera com sua delicada caligrafia, e foi se despedir do secretário.

— Sr. Bywater, o que faz um agente comercial? — perguntou ela.

— É o que Parrish diz ser? — perguntou. — Digamos que haja um servidor público na Índia, em Calcutá. Ele quer mandar algumas bagagens para casa. Quer ter certeza de que seus pertences chegarão sãos e salvos à sua velha mãe, em Littlehampton. É um trabalho complicado esse. Muitos pacotes. Agentes comerciais cuidam desse tipo de coisa. Ou se alguém estiver indo ao Oriente pela primeira vez, a negócios. Quer garantir que a amostra da sua mercadoria de rebimboça da parafuseta, de uma tonelada e meia, chegará em Xangai para que ele possa mostrar a alguma autoridade local como seu produto funciona. O agente comercial se encarrega dessa tarefa. É ele quem providencia transporte, seguro, armazenamento, embalagem, quantidade. E ganha uma comissão. Alguns são também uma espécie de casamenteiros. Reúnem um bando de raparigas sem dono, as põem num navio e as despacham para Bombai. Depois, provavelmente, esses homens de negócio ganham dos maridos um agrado pela generosidade. Um pedaço do bolo de casamento. Alguns também negociam contratos; compram e vendem mercadorias para os clientes; trocam dinheiro; providenciam passaportes, bilhetes de trem para a Sibéria, com direito a um camarote no Teatro de Variedades de Vladivostock; agendam um encontro com o Dalai-lama; providenciam uma jogatina de pôquer num barco no rio Mississipi; enfim, qualquer coisa. Boa vida essa. Muito dinâmica. Aliás, o homem que procura tem um escritório na rua Blackmoor. Quase na esquina com a travessa Drury.

— Não me diga! — exclamou Sally. — Talvez eu vá até lá agora. Por essa ele não espera.

— O sr. Adcock acabaria defendendo um caso de assassinato — disse o velho secretário. — Fique longe desse sr. Parrish, é o meu conselho. Evite qualquer contato com ele. Acho que o melhor caminho a tomar é: a senhorita não se casou com ele, nunca ouviu falar dele, não sabe do que ele está falando. Não se deixe provocar. Ele ficará ansioso, vai ver só.

— Será?

— Claro que sim. Ele inventou uma mentira deslavada. Se a Corte vai acreditar ou não na mentira vai depender de como nós reagiremos. Quem o sr. Adcock irá contratar?

— O que, para me representar no tribunal? O sr. Coleman. Parece que ele é muito bom.

— Bem, todos são, os *trajes de seda*. Precisam ser, ou o alicerce da lei desabaria sob nossas vistas, não é verdade? E não podemos deixar que isso aconteça.

Um *traje de seda* era um Advogado da Rainha, de grande eminência e notabilidade. Como advogado simples, o sr. Adcock não podia se apresentar perante a Alta Corte, por isso precisava contratar o sr. Coleman para defender o caso de Sally no tribunal. Ela tinha confiança de que ele faria um bom trabalho. Precisava acreditar nisso.

Sem a ajuda de Jim Taylor, que estava na América do Sul (sua última carta havia sido enviada de Manaus e dizia que estavam prestes a se dirigir para o meio da floresta com ajuda de um guia), Sally não teve outra opção senão contratar um detetive particular para investigar a vida do tal sr. Parrish. Sem dúvida, Parrish conhecia bastante a vida de Sally, e lhe dava calafrios pensar em quão próximo e por quanto tempo alguém estivera bisbilhotando seu passado. Eles haviam pensado em todos os detalhes: escolhido o momento em que ela estaria sozinha, sem os amigos para testemunharem a seu favor; elegido um período de sua vida para inventar o dia do casamento, quando Sally estivera completamente ocupada numa perigosa aventura envolvendo um fabricante de armas, da qual deixou poucos vestígios — não tinha como provar que não estivera na igreja na data do casamento. E eles haviam escrito o endereço de seu escritório corretamente, o aniversário de Harriet, e sabiam quanto dinheiro ela tinha investido em cada uma de suas ações.

Ela ainda não havia confrontado a pergunta mais relevante. No entanto, ao sair da firma de advocacia, pela rua Strand em direção à travessa Drury, a pergunta pôs-se mais e mais presente: por quê? Por que ele está fazendo isso? Por quê?

A placa de metal ao lado da porta, na rua Blackmoor, não lhe dizia nada demais, além de que Arthur Parrish, Agente Comercial, dividia aquele estabelecimento com G. Simonides Ltda., a Companhia Anglo-Levantine Trading e T. & S. Williamson Importadores de Es-

peciarias. Era melhor não demorar muito por ali: Parrish certamente conhecia Sally de vista e...

E qual o problema se ele a visse? Não podia agir como se fosse uma criminosa. Não tinha por que se esconder como se fosse culpada de algum delito. Aquela maluquice estava começando a afetar sua razão.

Deu meia-volta e retornou à rua Strand. Ao passar pelo número 223 viu uma loja de armas.

— Quero comprar uma pistola — disse ao fúnebre vendedor com um notável bigode.

— Uma pistola Target, moça?

— Um revólver.

As pistolas Target eram armas de pequeno porte, leves, capazes de disparar apenas um tiro por vez, muito comuns para se usar em espaços fechados; seu alcance era de pouco mais de 9 metros de distância do alvo. Sally já tinha duas dessas em casa, porém agora tinha em mente algo mais substancial. Olhou para uma Webley Pryse, um revólver Trande e ficou na dúvida se comprava ou não um Colt, mas no fim decidiu-se pela British Bulldog: um revólver niquelado capaz de armazenar cinco balas que era não apenas uma arma poderosa como também pequena o bastante para levar no bolso.

— Essa é uma arma de forte recuo, senhorita — disse o vendedor. — Difícil de atirar, se não tiver prática. Mire bem abaixo do alvo, do contrário a senhorita com certeza vai errar.

— Prefiro a Colt — disse —, mas é grande demais. Esta tem o tamanho ideal. Eu me acostumo. Já pratiquei muito tiro ao alvo. Também gostaria de uma caixa com cinquenta cartuchos, por favor.

A compra custou pouco menos de quatro libras. Após embalados os cartuchos e a arma, ela pegou o pacote e saiu, para surpresa do vendedor; ao saírem de compras, damas e cavalheiros quase invariavelmente tinham suas encomendas entregues em casa em vez de saírem pela rua com seus pacotes. Naquele momento, Sally não estava dando a mínima para os protocolos e saiu com seu pacote sem o menor receio.

Como havia dito, ela praticara bastante tiro ao alvo. O pai lhe ensinara e a havia presenteado com uma pequena pistola Belgian no

seu aniversário de 14 anos. Naturalmente, não contou ao vendedor da loja de armas, mas por duas vezes atirou para matar. A primeira vez, tinha 16 anos e estava ameaçada de morte pelo homem que matou o pai dela. Ele era o líder de uma sociedade secreta chinesa chamada Ah Ling; era meio holandês, meio chinês, e sob o codinome de Hendrik van Eeden contrabandeava ópio nos navios do sr. Lockhart, sem seu conhecimento. Sally atirou nele dentro de uma carruagem nas Docas East India, para que ele não a matasse. Não sabia se o tinha matado ou não, pois ela fugiu apavorada pelo que fizera e o corpo do homem nunca foi encontrado. Achava que ele talvez tivesse escapado e voltado para o Oriente.

A segunda vez foi uma vingança pela morte de Frederick Garland. Ela atirara na engrenagem da Arma a Vapor, uma monstruosa arma construída pelo empresário Axel Bellman, com intenção de matar Bellman e a ela também. Obviamente, ela sobrevivera, e era profundamente grata por isso agora. Axel Bellman, não. Após o trauma sofrido pela morte de Bellman, Sally prometeu a si mesma nunca mais entrar em combate e também não permitir que a violência alheia a fizesse sucumbir ao desejo de vingança.

Bem, não pôde cumprir tal promessa. Ela ainda teria muito o que viajar, investigar, descobrir, antes que o caso chegasse ao tribunal; não queria ser pega desprevenida caso houvesse um combate.

Ainda assim, mais uma vez, as mesmas perguntas: por quê? O que Parrish queria? O que fiz a ele? E quem é ele?